

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PROFESSORAS NA REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL (1969-1976)

Juliana Collares da Silva*

<https://orcid.org/0000-0002-7074-6073>

Alessandro Carvalho Bica**

<https://orcid.org/0000-0003-2532-5007>

Resumo: Ao longo da história do magistério, fomos percebendo sua transformação para um espaço majoritariamente feminino. Esta dissertação é resultado de uma análise documental das Revistas do Ensino do RS, do período compreendido entre 1969 a 1976, que encontram-se disponíveis no Repositório Digital TATU da Universidade Federal do Pampa, em que se objetivou identificar as representações sociais das professoras neste importante periódico da área educacional. Para tanto, foram analisados 18 exemplares que continham subseções relacionadas à educação para o lar, saúde e alimentação, assim como matérias que faziam referência à Reforma Educacional que vigorou a partir de 1971 e também sobre a professora primária. Desta análise, foram extraídas quatro categorias e representações de professoras do ensino primário, que as vinculam à figura materna, às figuras da área da saúde, educação sexual e a figuras criativas e modernizadoras com objetivo de formar cidadãos obedientes e ligados a valores morais e religiosos, capazes de trabalhar pelo desenvolvimento do país, além também, da conclusão de que a Revista do Ensino do RS contribuiu para a reprodução dos estereótipos de gênero e dessas representações produzidas culturalmente.

Palavras-chave: Representações Sociais; Gênero; Educação Feminina; Imprensa Pedagógica; Revista do Ensino do RS.

THE SOCIAL REPRESENTATIONS OF TEACHERS IN THE REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL (1969-1976)

* Mestranda em Ensino pela Universidade Federal do Pampa. Psicóloga e professora de Psicologia. Contato: psicojucllares@gmail.com.

** Professor da Universidade Federal do Pampa. outor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Contato: alessandrobica@unipampa.edu.br.

Abstract: Throughout the history of teaching, we have been noticing its transformation into a mostly female space. This dissertation is the result of a documental analysis of *Revistas do Ensino do RS*, from the year 1969 to 1976, which are available in the TATU Digital Repository of the Federal University of Pampa, and whose goal was to identify the social representations of the teachers in this important educational journal. Therefore, 18 copies which contained subsections were analyzed. These subsections were related to home education, health and food, as well as materials which referenced the Educational Reform which occurred from 1971 on and also about the primary teacher. From this analysis, four categories and representations of primary school teachers were extracted, which link them to the mother figure, to figures in the field of health, sex education and to creative and modernizing figures with the aim of forming obedient citizens linked to moral and religious values, who were supposed to be able to work for the development of the country, in addition to the conclusion that *Revista do Ensino do RS* contributed to the reproduction of gender stereotypes and these culturally produced representations.

Keywords: Social Representations; Gender; Women's Education; Pedagogical Press; *Revista do Ensino do RS*.

Introdução

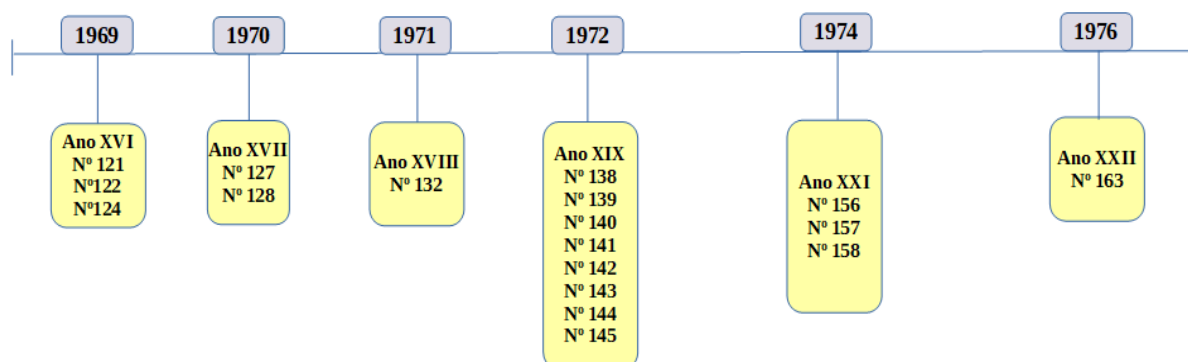
A escrita deste artigo se destina a apresentar os resultados da dissertação de mestrado em Ensino, cujo objetivo foi identificar as representações sociais das professoras na *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul*, no período compreendido entre 1969 e 1976.

A *Revista do Ensino* tem se constituído em uma importante fonte de pesquisa para historiadores da educação - aqui tendo como principal referência (BASTOS, 2007; 2019) e membros do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos (PHERA)-, os quais têm construído relevantes narrativas acerca da educação no estado do Rio Grande do Sul e, devido ao extenso período pelo qual circulou, necessita ainda de diferentes olhares.

A escolha por este recorte temporal se deve ao fato de que eu estaria dando continuidade às análises iniciadas por mim durante a especialização, quando pesquisei a revista dos anos de 1961 a 1969, e também por conter um período importante de mudança na legislação educacional, passando pela criação da Lei de nº 5692/71, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação, bem como um período de Ditadura Militar no nosso país, isso tudo com o intuito de verificar se poderiam existir reflexos destes fatos históricos para a condição feminina naquele contexto.

Já o ano de 1976 está fixado como o fim do meu recorte temporal porque o repositório pesquisado dispõe de revistas até 1976, continuando seu acervo depois com as de outra fase, já em 1992, ou seja, um período diferente do que se pretendia analisar.

Figura 1. Linha do tempo das revistas disponíveis no Repositório TATU correspondente ao período de 1969 a 1976. Fonte: Autora (2020).



Este trabalho adotou uma abordagem qualitativa e, em relação aos procedimentos, se assentou na pesquisa e análise documental (MARCONI e LAKATOS, 2003; GERHARDT; SILVEIRA, 2009; PIMENTEL, 2001; (CELLARD, 2012) buscando explorar os exemplares

da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul disponíveis no Repositório Digital TATU, da Unipampa.

Através dessa linha do tempo, podemos visualizar um primeiro movimento em relação ao levantamento do número de materiais disponíveis para análise. Ao acessar o repositório, constatei que dentro do período escolhido existia um universo de 18 revistas para compor o *corpus* documental desta pesquisa.

Nesse primeiro contato, analisando os índices dos periódicos, percebeu-se que eles se encontram divididos basicamente em 3 seções: uma ligada a reportagens e notícias, outra à educação pré-primária e uma terceira, que trata da educação primária ao ensino médio. Estas seções, da mesma forma, encontram-se separadas por subseções e matérias que se referem ao desenvolvimento emocional da criança, à higiene e saúde, às reformas no ensino, reforma ortográfica, sugestões de atividades etc. Cabe ressaltar aqui que não existem disponíveis no repositório as revistas dos anos de 1973 e 1975.

Desse universo, foi escolhida para esta pesquisa a seção referente ao ensino primário com destaque às subseções “Educação para o lar”, “Educação Moral e Cívica”, “Rumos a uma boa alimentação”, bem como textos referentes à saúde, educação sexual, professor primário, currículo de 1º grau e reformas do ensino, conforme esquema que segue:

Tabela 1. Relação das temáticas existentes nas subseções das revistas, conforme número e ano de publicação. Fonte: Autora (2020).

Seção: Educação Primária						
Ano	1969	1970	1971	1972	1974	1976
Temáticas						
Educação para o lar	121 122	127 128	-	141	-	-
Educação Moral e Cívica	-	127	-	142	-	-

				143		
Saúde	121 124	127 128	132	138 139 141 142	-	163
Alimentação	-	127	132	138 139 141 142 143 144 145	-	-
Educação Sexual	-	128	132	138	-	-
O professor primário, currículo de 1º grau, reformas no ensino	-	-	132	138 139 140 141 142 143 144	156 157	-

Com base na tabela, observamos informações relativas à seção de Educação Primária. Para organizar os dados, a tabela foi dividida de forma que as temáticas das subseções pudessem aparecer dispostas verticalmente, na primeira coluna. Já os anos das revistas analisadas se encontram organizados horizontalmente, de maneira que seja possível relacioná-los com as temáticas, dispondo nas linhas que seguem, os números da revista em que elas se encontram.

Ao tecer meus primeiros olhares para essas informações, percebi que o ano de 1972 é o que dispõe do maior número de dados a serem analisados, pois o acervo pesquisado se apresenta mais robusto, com um maior número de revistas disponíveis no Repositório TATU e dispersão em todas as temáticas analisadas.

As temáticas envolvendo a “Educação para o lar”, a “Educação Moral e Cívica” e a “Educação Sexual” foram escolhidas para análise por inferir uma possível relação com valores morais da sociedade daquela época, que acredito ser relevante para meu estudo, pois percebi

uma possibilidade de encontrar conexões entre os papéis atribuídos aos gêneros feminino e masculino, bem como estabelecer, se possível, os impactos da ditadura militar naquele contexto.

Já as temáticas envolvendo a saúde e a alimentação foram escolhidas porque percebi que se fazem bastante presentes nas revistas e, como elas também têm aproximações com as atividades domésticas e familiares, por se relacionarem ao cuidado, acreditei ser importante analisar essa relação de forma mais atenta, buscando conexões entre família e escola, para ver em que medida influenciaram no fazer da professora.

Por fim, recorri às matérias relacionadas à professora primária, ao currículo e às reformas do ensino porque nelas poderia buscar, de forma mais direta, conteúdos relacionados à representação social dessas professoras, questões pontuais que porventura se apresentassem à profissão à medida em que surgiam essas reformas, mais especificamente a Lei nº 5692/71, que “foi promulgada no contexto autoritário da ditadura militar” e tinha ideias de desenvolver o país que vinha com uma “tendência tecnicista da educação” (SUBTIL, 2016, p. 47 e 50).

Com base na leitura e apreciação das revistas disponíveis no Repositório Tatu, foi possível elencar quatro categorias distintas para análise: 1) a da educação para o lar e educação moral e cívica, porque abrangem basicamente questões relacionadas à vida em família, em comunidade, envolvendo valores e normas sociais e religiosos voltados ao desenvolvimento da Nação; 2) a da educação sanitária, em que é possível destacarmos a importância do conhecimento científico que adentra as escolas no final do século XIX e no início do século XX e se mantém forte, enfatizando o discurso médico e a relevância desses conhecimentos para também, da mesma forma, trabalhar em prol de um país que precisava se modernizar, e com isso resolver questões de cunho sanitário, econômico e social; 3) a da menção a uma educação sexual, que a passos pequenos passa a ser entendida como uma possível

função da escola e da professora, que antes de qualquer coisa, necessita aprofundar seus conhecimentos a respeito e posteriormente pensar num planejamento de como desenvolver tais conteúdos na escola. 4) a categoria relativa às reformas do ensino, a partir da Lei nº 5692/71, em que a professora é chamada a se adaptar às mudanças com base em uma perspectiva desenvolvimentista do país, devendo ser criativa e estimuladora de seus alunos, que passam para a condição de alunos pensantes, que devem refletir sobre a realidade e não mais apenas receber informação e manter uma relação passiva na sua escolarização, conforme o olhar da revista. Com vistas nestes aspectos, pensando nas representações dessas professoras diante do exposto acima, poderíamos extrair, para cada categoria, uma representação social conforme quadro abaixo e ainda, na sequência, a explanação sobre cada uma delas.

Tabela 2. Representação social conforme categoria de análise.
Fonte: Autora (2022).

Categoria	Representação
Educação para o lar/ educação moral e cívica	Professora-mãe
Educação sanitária	Professora enfermeira/médica/nutricionista
Educação sexual	Professora orientadora
Reformas do ensino	Professora modernizadora

Professora-mãe: dos cuidados com a casa, ao asseio pessoal e desenvolvimento de amor à Pátria

Analisando as sessões destinadas à educação para o lar e a educação moral e cívica, podemos perceber que as professoras eram chamadas pela RE/RS, para desenvolverem atividades que levassem os seus alunos a se tornarem pessoas capazes de cuidar do lar, da família e do país, desenvolvendo habilidades com base em valores e normas sociais, com ênfase nos bons costumes, na vida em comunidade e na ligação com a religião.

A denominação de “professora-mãe” se dá com vistas ao papel que histórica e socialmente foi destinado às mulheres que se tornavam mães, que deveriam ser zelosas, se fazer sempre presente na vida dos filhos acompanhando e orientando, ensinando a como se portar e se relacionar na vida em família e em comunidade, com base no respeito e na valorização das pessoas e de Deus. Essa representação se dá então, devido à aproximação dos papéis e funções destinados às mães e às professoras, com base no cuidado das crianças, que era o que se esperava das professoras.

Desta forma, dois importantes discursos podiam ser ouvidos com maior ênfase no século 19: os que refutavam a ideia de uma mulher-professora e os que abraçavam tal intenção, se valendo de uma representação fortemente aceita e disseminada socialmente: a mulher-mãe. Este último obteve grande aceitação social, culminando na construção da imagem da mulher-mãe-professora. Afinal, quem, além dela, poderia ensinar crianças? Quem, além do ser naturalmente criado para o exercício da maternidade, seria melhor para a educação dos pequenos? Defendia-se que a educação das crianças era um ofício que as mulheres exerciam há anos, assim, deslocá-las para o universo docente, não representaria um mal, desde que direcionado ao público infantil. (ARAGÃO; KREUTZ, 2011, p. 110)

É comum verificarmos nas revistas esse estímulo aos cuidados com a casa e em geral, a revista traz a figura materna como a responsável pelo lar e a pessoa que vai receber ajuda dos filhos para manter tudo limpo e organizado.

A revista de número 122, do ano de 1969, aborda as boas maneiras (como uma necessidade constante), oferecendo atividade para reforçar comportamentos positivos entre os alunos. Aqui cabe ressaltar que a revista traz expectativa na professora que “sempre interessada em que seus alunos integrem atitudes, hábitos, maneiras de comportamento adequadas ao seu meio-ambiente, a professora buscará recursos em atividades interessantes e do agrado das crianças” (REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL, 1969, p.44). Podemos assim dizer que, na concepção da revista, além de ensinar o “Beabá”, a professora tem a incumbência de ensinar boas maneiras aos alunos, estimulando-os ao bom comportamento e o ensino às convenções sociais como um preparo para a vida adulta.

A revista de número 128 de 1970, aborda a higiene do corpo e reforça alguns estereótipos de gênero, sugerindo que a menina adolescente já deve iniciar seus cuidados com a aparência e sua beleza, porém deve fazê-lo sem exageros, ou seja, moderadamente.

Assim, Andrade (2010, p. 108) diz: “afirmo com isso que há diversas pedagogias atuando no meio social e ensinando aos corpos masculinos e femininos, adultos e infantis modos de se comportar e de se relacionar com as coisas do mundo”. E completa:

Deste modo, é possível pensar as revistas voltadas para o público feminino, tanto infantil como adulto, como um artefato pedagógico que exerce poder sobre as mulheres e meninas, ensinando técnicas de como lidar com o corpo. Isso porque os discursos das revistas para mulheres e meninas me parece que equivalem, de alguma forma, repetindo receitas e dicas para atingirem aquele corpo que é representado na mídia como o “ideal”. (ANDRADE, 2010, p. 110)

Com isso, podemos entender que a RE/RS atuou, de certa forma, como um desses dispositivos do qual a autora trata como um artefato pedagógico, levando as professoras a estimularem tal comportamento

em suas alunas, reforçando a ideia de que a menina deve estar bonita, bem arrumada...

No que tange à Educação Moral e Cívica (EMC), convém ressaltar que ela, segundo o olhar de Sousa (2015), fez parte da reforma do ensino do final da década de 1960 quando os militares, já no poder, passam a disseminar a ideia a qual chamou de “higiene da moral e do corpo” (SOUSA, 2015 p. 59). Essa componente curricular se fez de forma obrigatória em todos os níveis, tendo maior visibilidade nesse período entre 1960 e 1980, embora desde os tempos imperiais já se fizesse presente de alguma forma nos bancos escolares. (GUSMÃO, HONORATO, 2019, p. 5)

Nesta perspectiva, é possível dizer que a RE/RS se prestou a disseminar tal ideal, o que podemos verificar, por exemplo, na revista de número 127 de 1970, que além de explicitar os objetivos e metodologias da disciplina de EMC, abordava a necessidade de compreender Deus e a família, enfatizando a formação de uma “correta escala de valores”, tendo os mestres como exemplos.

Gusmão e Honorato (2019, p. 6) ainda afirmam que a EMC pode ser vista “como uma estratégia de disseminação de controles a serem interiorizados pela nova geração”, por isso, podemos inferir que houve a necessidade e a intenção de que a professora fizesse parte de tal estratégia por estar ela em contato diário com cerca de 40 crianças/jovens, conduzindo-os para os ideais de homem civilizado e que amaria sua Pátria, trabalhando pelo seu desenvolvimento e sua modernização.

Isso explicaria, no caso da RE/RS, o porquê trabalhou de forma a orientar a professora e conduzir as atividades para os objetivos da EMC. A revista acabou por fazer parte, quer por ingenuidade, quer por intencionalidade, deste período em que se fez tal apelo emocional, disfarçado de boas intenções, mas que, conforme diferentes autores abordam, tinha como pano de fundo o objetivo em controlar a população por meio da educação.

Que as revistas serviram de palco para a disseminação das reformas implantadas, apresentando o lado positivo da Lei nº5692/71, outros estudos podem comprovar o fato. É o caso da Revista Escola, da editora Abril, que da mesma forma pensou em se dirigir aos professores de 1º grau e dialogar sobre a reforma (REVAH; TOLEDO, 2011).

Pensando a partir disso, o que podemos considerar é que, a RE/RS, assim como outros periódicos, se dirigiu aos professores a fim de divulgar as ideias relativas às reformas implantadas pelo governo, ideais estes calcados na educação tecnicista, que visava formar mão-de-obra para desenvolver o país; instrumentalizar esses professores e consequentemente, reforçar os ideais de vida regrada e mantida através da moral e dos bons costumes, para formar bons cidadãos, honrados, dedicados e, porque não, até servis à sua Pátria.

Neste sentido, vejo que a categoria professora se revestiu das representações e simbolismos ligados à maternidade, pois o que se esperou e difundiu ao longo dos anos na Revista, foi a ideia de que as professoras, assim como as mães, deveriam cuidar e ensinar questões básicas em relação ao comportamento e às normas sociais, com base nos valores morais da sociedade da época, cuidados e regramentos em relação ao corpo e à saúde deste corpo, por exemplo, ou na necessidade de levar uma vida conectada com a religião, corroborando com a ideia do magistério como extensão da maternidade.

Professora médica/enfermeira/nutricionista: por uma educação sanitária com vistas ao combate às mazelas sociais que assolavam o país

O período de análise das revistas para este estudo é um período marcado por mazelas sociais tais como miséria, fome, disseminação de doenças... Convém lembrar que saneamento básico, por exemplo, não

era priorizado para as parcelas mais empobrecidas da população. Isso fazia com que as verminoses e outras doenças se fizessem bastante presentes na vida do brasileiro, até porque não existia o trabalho que é desenvolvido hoje em termos de saúde e de prevenção, além de que o desenvolvimento e campanhas de vacinação também não tinham a força que tem nos dias atuais.

No Rio Grande do Sul, assim como no restante do país, na virada do século XIX, o crescimento acelerado de algumas cidades e a expansão acelerada da capital, Porto Alegre, deram lugar a uma série de transformações ao mesmo tempo econômicas, sociais, culturais e políticas, notadamente mudanças de vida aceleradas pela industrialização. Caracterizadas por uma concentração populacional desorganizada, essas cidades evidenciavam, aos olhares de autoridades públicas, reformadores sociais e médicos, uma fisionomia urbana problemática. Careciam de saneamento básico, sistema de transporte, habitações higiênicas, o que ameaçava a saúde da população. As epidemias eram constantes e as taxas de morbidade e mortalidade elevadas. Pensava-se então que uma tal desorganização propiciava contatos sociais desregrados e promíscuos, uma intensa miscigenação de corpos e raças, o que comprometia a formação do cidadão brasileiro íntegro e honrado. (STEPHANOU, 2012, p. 14)

Para tanto, seguindo os moldes do início do século XX, quando esse viés higienista toma conta da educação brasileira, com vistas a combater esses males que se constituíam em entraves ao desenvolvimento do país, a RE/RS enfatizou bastante em suas publicações os cuidados com a alimentação e com a saúde, fazendo da professora uma multiplicadora de boas práticas neste quesito. A revista (nº139 de 1972, p. 32) chega a deixar claro que, como não tinham profissionais da área da saúde suficientes para realizar esta educação sanitária, a professora poderia ser esta peça fundamental na educação de meninos e meninas para os cuidados com sua saúde e alimentação.

O enfoque da RE/RS se dá para questões de combate às doenças e à subnutrição que era uma realidade naquele contexto histórico e social. A revista chega a publicar uma edição quase que totalmente voltada à saúde, como a revista de número 163, de 1976.

No editorial dessa revista, fica clara a intenção de porque a professora é a escolhida para tal função, pois a escola é “o campo mais propício à educação sanitária porque nela se reúne a maior coletividade que pode ser submetida à influências educacionais”.

Fundamentalmente, as argumentações da época associavam maleabilidade e fácil adaptabilidade à própria natureza da criança. Daí a necessidade de oportunizar a experiência ou aprendizagem de hábitos de higiene e de saúde nos lugares que as crianças frequentavam, em especial, a casa e a escola. Sem dúvida, a infância era a idade mais propícia para um trabalho produtivo de educação da saúde. (STEPHANOU, 2012, p. 17)

Popkewitz (1994) apud Stephanou (2012, p.15), afirma que “é importante acrescentar que aquilo que está inscrito no currículo não é apenas informação, mas envolve a produção ativa de sensibilidades, modos de percepção de si e dos outros...” ou seja, a intenção do currículo vai mais além do que se pode imaginar num primeiro momento.

Nesse sentido, a análise dos principais elementos que historicamente vêm caracterizando o ensino de temas relacionados à saúde incita-nos a pensar como algumas noções (de asseio, alimentação adequada, saúde física e mental, cuidados com o corpo, etc.) e práticas da escola (como ginástica e esportes, exames médicos, inspeção da higiene de unhas e cabelos, prescrição de uma rotina de asseio pessoal, educação sexual) tem produzido nossas subjetividades e nossa consciência no mundo social. (STEPHANOU, 2012, p. 15)

Sendo assim, se o currículo e as práticas escolares produzem subjetividades, sejam elas de professoras/es ou de alunos/as, podemos inferir que, ao fazer um grande destaque a essas temáticas nas suas edi-

ções, que foi da alimentação às doenças, cuidados com a higiene oral, com os olhos etc, a RE/RS ajudou a (re)produzir essas subjetividades e a representação da professora enquanto responsável por gerir as questões de saúde em sala de aula no cotidiano escolar, além de enfatizar, em muitos momentos, a importância da figura materna, responsabilizando-a pela alimentação e saúde dos filhos .

Se pensarmos que a revista chegou a publicar, por exemplo, o modelo utilizado nos consultórios médicos para exame de visão, a fim de que a professora pudesse identificar qual aluno teria problema e necessitaria uso de óculos, ou ainda, que apresentava cardápios com alimentação balanceada para que a professora instrísse o aluno, temos a professora revestida da mulher médica e nutricionista, exercendo um papel que teoricamente não deveria ser seu e sim de outras/os profissionais, logo é possível afirmar que a professora carrega também a representação e os simbolismos da medicina, enfermagem e nutrição.

Professora-orientadora da sexualidade dos estudantes: que sexualidade é essa?

Não preciso dizer que me causou espanto o fato de me deparar com um periódico voltado ao magistério que ousou falar de sexualidade e de uma Educação Sexual nas escolas. Espanto sim, porque se hoje ainda enfrentamos um terreno instável sobre essas discussões no espaço da escola, como não seria falar sobre essas temáticas nos anos 60 e 70? Ao mesmo tempo, recorro à lembrança de que esses anos são exatamente os de uma grande efervescência cultural de proporção mundial, então teria ela motivado esse interesse pela educação sexual?

Ribeiro (2013, p.12) vai nos trazer que:

Na segunda metade da década de 70, com o processo de reabertura política e o conseqüente abrandamento da censura,

ressurge o interesse pela educação sexual, motivado pelos movimentos feministas, pelos movimentos de controle populacional, pela mudança no comportamento sexual do jovem, principalmente devido à pílula como método anticoncepcional, e também pelo avanço da medicina no controle das doenças sexualmente transmissíveis. (GUIMARÃES, 1995; SAYÃO, 1997 apud RIBEIRO, 2013, p.12)

Na revista 128 de 1970, encontramos uma matéria relacionada a abordagem de questões sobre sexo em livros didáticos para crianças, orientando muita cautela e aprofundamento a respeito.

Atendendo à consulta sobre a conveniência da publicação de livros didáticos a respeito de sexo com o objetivo de instruir a criança, julgamos de bom aviso estudar o assunto e aguardar que cada um, de posse do conhecimento, faça o seu julgamento próprio (REVISTA DO ENSINO N° 128, 1970, p. 4)

Ao mesmo tempo que tentam falar a respeito e estudar sobre como colocar em prática tal educação sexual, sabiam que era um caminho complicado de trilhar, porque mexe com questões de valores morais e religiosos das famílias. Para isso, a revista sugere que se faça um estudo da criança para posterior a isso entender o que de fato ela deve receber de instrução sobre sexo. A RE/RS pretendia começar essa discussão indicando que a professora e a escola fizessem a discussão no currículo escolar.

A matéria Educação sexual e a criança (revista n°132/1971) se refugia nas teorias psicanalíticas, mais especificamente em Freud (que acabou por ser questionado em alguns aspectos pelos psicanalistas neo-freudianos) que muito falou sobre o assunto e era referência, abordando as diferentes etapas do desenvolvimento, a relação do conceito conhecido como Complexo de Édipo etc. a fim de instruir o professor sobre a infância e essas fases distintas.

A julgar por esta citação que a Revista faz de Freud, poderíamos pensar que ela reproduz essa ideia de inferioridade feminina e de que

portanto, a própria revista acredita nisso, tanto que traz à tona essa questão. O interessante de pensar aqui é que, a RE/RS é escrita, na sua maioria, por mulheres, destinada a mulheres, considerando o magistério primário que se constituiu basicamente feminino.

A revista 138 de 1972 vai um pouco além e aborda a discussão em torno da definição do sexo. “Menino ou menina? pode a educação exercer sua influência na definição do sexo?” A matéria, embora mencione a questão social e cultural – talvez sem saber que mais tarde se definiriam como aspectos distintos do biológico -, até mesmo porque traz a definição de “papel” e “papel sexual”, dá ênfase no caráter biológico dos sexos, utilizando termos e conceitos da biologia e da medicina.

Outro aspecto que podemos observar é o de que a revista não usa o termo “sexualidade”, pois não era difundido naquele contexto histórico. A inserção do termo sexualidade é mais recente e talvez aí resida a confusão que ainda hoje se percebe e penso ser talvez um dos motivos pelo qual se faz vistas grossas à inserção da temática na escola: sexualidade é confundida com o sexo (ação/ atividade sexual), quando na verdade, as pessoas deveriam entendê-la como Louro (2012, p.94) nos descreve: “sexualidade tem a ver com o modo como as pessoas vivem seus desejos e prazeres, tem a ver, portanto, com a cultura e com a sociedade, mais do que com a biologia”. Sexualidade é mais ampla, tem a ver com o nosso corpo, o cuidado com esse corpo, afetos... A relação sexual é apenas uma parte da nossa sexualidade.

Além da questão textual da revista, podemos ainda analisar as imagens utilizadas por ela a começar pela capa, que traz figuras de meninos manipulando tubos de ensaio em um laboratório, o que poderia sugerir o espaço do conhecimento científico como um espaço masculino, à medida em que torna ausente a figura feminina.

A escola “dá lições” de sexualidade cotidianamente, muito além das possíveis sessões de “educação” ou “orientação sexual” previstas no currículo. Em consequência, qualquer ten-

tativa de um projeto educacional alternativo implica uma tomada de posição mais ampla. Caminhar nessa via implica a ampliação da discussão sobre a sexualidade, na escola e fora dela. Isso supõe acolher as culturas e os saberes dos jovens; supõe debater e problematizar as representações de feminino e masculino que estão sendo feitas pela mídia, pelas igrejas, pelos discursos jurídicos e médicos e, logicamente, pelos estudantes, seus pais e mães e professores. (LOURO, 2012, p. 100)

Assim, é possível afirmar que a RE/RS buscou inserir uma educação sexual no debate, no entanto, sem ter a percepção de que a escola já educava sexualmente desde sempre. Das escolas masculinas e femininas à coeducação (HAHNER, 2011; CASTANHA, 2015) das escolhas nos currículos, uma forma de educação sexual sempre esteve presente. O que Louro quis nos dizer na citação acima é que, essa noção de educação sexual necessita ser mais ampla, considerar diferentes aspectos, debater e problematizar o que está posto na sociedade. Para isto é necessário que se tenha ideia da extensão dessa amplitude do tema na vida dos sujeitos, o que naquele contexto da revista, claramente não se tinha.

Nessa tentativa de inserir a educação sexual no currículo, a RE/RS torna clara o que esperava das professoras: que se instruissem a respeito do tema e buscassem se preparar para iniciar a orientação dos alunos no que diz respeito à sexualidade, ao corpo e aos papéis sociais, bem como identificassem aquilo que estaria fora dos padrões, para encaminhar aos especialistas. Por esta razão, denominei esta representação de professora-orientadora por enxergar que a intenção da revista com estas professoras era a de que se revestissem desse papel de orientar, indicar caminhos no que tange aos relacionamentos, aos papéis de gênero etc.

Professora modernizadora: as reformas e um currículo para incentivo à criatividade e alunos críticos-reflexivos?

Escrevo este subtítulo em forma de pergunta porque de fato me questioneei sobre essa representação. Ao entrar em contato com os textos relativos às reformas e ao que se esperava da professora primária, vimos que eles trazem uma figura que deve estimular os alunos, não responder mas fazer questionamentos para que eles busquem as respostas, enfim, sugere uma professora que vai emancipando seus alunos para que estes atinjam o ponto em que estejam prontos para trabalhar em prol do desenvolvimento do país. No entanto, é difícil crer que isto seja possível quando, em plena Ditadura Militar, com o viés da moralidade e civilidade implantado por esta ditadura e “comprado” pela RE/RS, conforme fomos vendo ao longo da análise das edições, que autonomia tem a professora para trabalhar mais livremente se existe um governo e um periódico importante da área da educação “ditando” o que e como trabalhar tais questões? Não me resta outra alternativa a não ser duvidar e pensar que não passou de engodo!

Na revista 132 de 1971, podemos ver essa preocupação em preparar homens para acompanhar a mudança e uma expectativa em cima do professor que não pode se furtar de auxiliar essa construção do aluno, buscando essa “objetividade crítica na sala de aula”. Além disso, vemos também a expectativa do uso dos métodos ativos como forma de estimular a criatividade, pensamento crítico etc.

Essa questão do mundo com evolução acelerada, em que o homem precisa acompanhar aparece também na revista 138 de 1972. Aqui temos uma educação mais voltada para ciência, capaz de transformar esse homem. Uma educação que deve adaptar-se às transformações tecnológicas. Menciona a Lei nº 5692/71, apresentando-a de forma positiva, trazendo os seus princípios.

A democracia aparece como um grande princípio que estaria atrelado à reforma, isso porque segundo ela, existiria liberdade para as famílias, escolas, professores e à entidade privada, liberdade esta que pode ser questionada.

Se existia um direcionamento por parte do governo quanto aos sentimentos e valores que deveriam ser estimulados na sociedade brasileira, não estariam sendo estas famílias alvo deste direcionamento? Não estariam elas sendo conduzidas, por meio de uma comunicação de massa, a pensar que um determinado tipo de escola é o que é necessário?

E quanto à autonomia das escolas, se veículos tais como a RE/RS, incentivavam os ideais propostos pelo governo, sob a ótica de desenvolvimento do país, e lançavam a reforma como positiva, como algo a atingir a todos os cidadãos brasileiros, estimulando planejamentos e atividades a serem realizadas dentro desta lógica, não seria uma autonomia forjada?

E ainda, a respeito da “coerência com sua opção profissional”, fica também o questionamento: que coerência? Que opção? Se na revista 140 de 1972 a matéria que trata da caracterização do currículo do ensino de 1º grau faz referência a uma adaptação do professor, que deve “abandonar seu personalismo e se integrar no sistema”.

O esforço para conduzir os professores aos objetivos do governo dos militares, para que a reforma fosse implantada e tivesse sucesso, abordou um “retreinamento do professor” (revista nº138/1972).

Em primeiro lugar precisamos falar sobre esse termo “retreinamento”. Ele nos dá a impressão do professor como máquina, como um robô que precisa ser configurado de acordo com o que se espera que ele faça. Em segundo lugar, me parece responsabilidade demais em cima do magistério, pois ele é o agente da mudança, deve estar esclarecido, informado e pronto para participar do processo. Informado inclusive de questões que não são da sua área de atuação, como as relacionadas à

saúde e alimentação, voltadas à questão da educação sanitária já mencionada anteriormente.

Diante dos fatos analisados, fica evidente o trabalho da RE/RS em informar a categoria a respeito da nova reforma que entrava em vigor no início da década de 1970, e que podemos dizer que houve um incentivo da revista (que chegou a escrever em um editorial sobre o humanismo na reforma, tal como se apresenta na Revista de número 142 de 1972), um estímulo ao magistério a fim de que aderissem a essa nova representação da professora: a da professora que iria modernizar a educação e conseqüentemente, o país.

No entanto, esse perfil modernizador esperado, convergia para um perfil “adestrado” nos moldes do governo dos militares. De fato, o que se esperava do professor criativo era que fosse criativo desde que não questionasse a ordem imposta e não se opusesse ao governo e seus ideais, ou seja, cai por terra a ideia de liberdade e de democracia trazida pela reforma e pela revista.

Retomando a ideia de representação (BOURDIEU, 1998; 2002; PESAVENTO, 1999; 2003; 2006) enquanto formas de explicar e expressar uma realidade, através de símbolos, gerando condutas e práticas sociais, quero afirmar aqui que a RE/RS buscou expressar, em consonância com o governo vigente, um ideal de professora.

Quando nomeio essa representação de “modernizadora”, não quero dizer que enxergo essa professora desta forma, mas que houve uma intenção em construir essa imagem de professora vinculada ao progresso e desenvolvimento do país e que, a revista como meio de comunicação, difundiu este ideal, se utilizando do discurso de que a professora tinha que estimular a criatividade dos alunos, estimular os valores morais e o cuidado com o corpo, buscando cidadãos mais desenvolvidos e que iriam fazer o país progredir, seguindo as regras de convívio social da época.

Considerações finais

A partir do diálogo e problematização da Revista do Ensino do RS, observa-se uma forte presença de elementos vinculados aos cuidados com o lar, alimentação e saúde, como uma preocupação da revista em instruir e inculcar nas professoras a sua responsabilidade em abordar tais temáticas no seu trabalho pedagógico, como uma espécie de continuidade dos cuidados recebidos em casa sob orientação materna, que na escola ficavam sob responsabilidade da professora.

Essa representação da professora como extensão da maternidade, elaborada a partir do ingresso das mulheres no exercício da docência, lá no surgimento das escolas femininas e posteriormente nas escolas mistas, por se tratar de um sujeito com uma suposta vocação para a educação de crianças, se manteve ao longo dos anos e foi reproduzido pela RE/RS.

Pesavento (2006), afirma que a memória evoca imagens do vivido, o que nos permite recriar mentalmente um objeto, pessoa ou acontecimento. É o que ela chama de “museu imaginário”. Com base nesta reflexão, entendo que diante desse nosso museu imaginário de imagens relacionadas à figura da mulher, construída pela cultura, forjamos a representação da professora, que se apresentou tal como vimos na Revista do Ensino, uma professora a serviço da sociedade, com o objetivo de formar cidadãos capazes de viver dentro dos padrões e normas aceitáveis socialmente, ou seja, com ligação aos valores morais e religiosos da época, capazes de responder com obediência a um governo que ditava regras sobre moralidade e bons costumes na expectativa de educar os corpos.

Com este estudo, foi possível analisar e destacar as formas de representação das professoras na RE/RS, tendo elencados quatro tipos de representação, assim como também foi possível identificar os ele-

mentos históricos, econômicos e culturais que influenciaram estas representações, tais como a onda da educação sanitária, a abertura para uma maior liberdade sexual, a ditadura militar e sua reforma educacional.

Respondendo aos questionamentos iniciais aqui propostos, eu diria que sim, as representações de professoras foram sendo transmitidas ao longo do tempo na revista e sim, a figura materna continuou a aparecer no perfil de professora. Portanto, a RE/RS, contribuiu para a reprodução/manutenção dos estereótipos de gênero (re)afirmando o que é ser mulher/ professora na sociedade, na medida em que se utilizou da linguagem escrita e visual, de forma a corroborar com a expectativa social sobre como as mulheres e professoras deveriam agir e se comportar, apresentando figuras femininas de forma mais contida, com trajés discretos, cabelos presos, maquiagem sutil, fala doce, dedicação ao aluno tal como se espera que a mãe tenha com o filho, estímulo ao cuidado do corpo e da casa, da aparência...

Com base nestes aspectos, concluo com alguns dos versos da epígrafe deste trabalho a fim de dizer que, não é porque culturalmente as mulheres professoras foram definidas – e se definiram - de tal forma, que precisamos continuar a ser assim, ou seja, é possível fazer diferente sempre que julgarmos necessário inverter uma lógica que aprisiona sujeitos, neste caso, mulheres. Faz-se necessário “queimar o mapa, traçar de novo a estrada, ver cores nas cinzas, e a vida reinventar”.

* * *

Referências

ANDRADE, Sandra dos Santos. Mídia impressa e educação de corpos femininos. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; Goellner, Silvana Vilodre (organizadoras). *Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 6ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 108 – 123

ARAGÃO, Milena Cristina. KREUTZ, Lúcio. Representações acerca da mulher- professora: entre relatos históricos e discursos atuais. *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v. 15, n. 34, mai/ago. 2011. p. 106-122. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/19410>. Acesso em: 02/09/2020.

BASTOS, Maria Helena Câmara. A imprensa de educação e de ensino: repertórios analíticos. O exemplo da França. *Revista Brasileira de Educação*. vol.12 no.34 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100013. Acesso em 28/09/2020.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Um olhar estrangeiro para a escola brasileira Carl Ernest Zeuner desenhando quadros murais (Revista do Ensino/RS, 1963-1969). *Cadernos de História da Educação*, v.18, n.2, p.406-424, mai./ago. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/50292>. Acesso em: 25/07/20.

BICA, Alessandro Carvalho; RODRIGUES, Tobias de Medeiros; GERVASIO, Simôni Costa Monteiro. Tatu Magazine: os modos de ser e fazer do Repositório Digital Tatu. *Revista História da Educação (Online)*. v. 23, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/88290/pdf>. Acesso em 02/10/2020.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998. 322 p.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002. 160 p.

CASTANHA, André Paulo. O processo de feminização do magistério no Brasil do século 19: coeducação ou escolas mistas. *Revista História da Educação*. v.19, nº 47, set/dez 2015. 197-212. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/51341> Acesso em:
03/07/2020

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean; DES-LAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de Pesquisa*. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS - Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derado05.pdf> Acesso em: 20/09/2020.

GUSMÃO, Daniele Cristina Frediani; HONORATO, Tony. Ideais de homem civilizado veiculados nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica na Ditadura Civil-Militar. *Revista História da Educação (Online)*. v. 23, 2019. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/82622>. Acesso em 02/02/2022

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200010>. Acesso em: 18/06/2020.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann *et al.* *Saúde, sexualidade e gênero na educação de jovens*. Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 93-102.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, vol.19, n.37, São Paulo, Set. 1999. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lang=pt. Acesso em: 04/10/2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 132p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e representações, uma trajetória. *Anos 90*, Porto Alegre, v.13, n.23/24, jan/dez. 2006, p.45-58.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, novembro/ 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>. Acesso em: 20/09/2020.

REVAH, Daniel. TOLEDO, Maria Rita de Almeida. O Regime Militar na (des)memória da Editora Abril: a Revista Escola e a difusão da Lei 5692/71. *Revista História da Educação*, v.15, n.33, jan/abr 2011, p. 137-161. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/20108>. Acesso em: 16/02/2022.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. São Paulo: Sociedade Contábil Ficha-Tríplice Ltda. Departamento de Publicações Educacionais, 1969.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Edições Tabajara, 1970.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Edições Tabajara, 1972.

RIBEIRO, P. R. C. Revisitando a história da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, P. R. C. (Org.). *Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar*. 3. ed. Rio Grande: FURG, 2013. p. 11-16.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Uma higiene moral e do corpo: educação moral e cívica, as atividades físicas, esportivas e de lazer durante a ditadura militar. *Outros Tempos*, v.12, n.19, 2015, p.57-74. Disponível em:

https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/440. Acesso em 02/02/2022.

STEPHANOU, Maria. Currículo escolar e educação da saúde: revisitando a história. In: MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann *et al.* *Saúde, sexualidade e gênero na educação de jovens*. Porto Alegre: Mediação, 2012. 192p. 13-27.

SUBTIL, Maria José Dozza. Conhecimentos e metodologias para o ensino de Artes: recortes históricos sobre a Lei nº 5692/71 e sobre as diretrizes curriculares do estado do Paraná/2009. *Educação em Análise*, v.1, n.1, 2016, p.45-66. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/17435>. Acesso em 09/02/2022.

Recebido em 17 de outubro de 2022.
Aprovado em 10 de dezembro de 2022.